

▶ CONSERVAÇÃO QUE DÁ LUCRO

EDSON ENDRIGO/DIVULGAÇÃO

Turismo protege e gera negócios

Mas iniciativa pode ser ruim, se não preservar área da qual se beneficia

Na teoria, talvez uma das formas mais óbvias de lucrar com a conservação do meio ambiente seja o ecoturismo, mas, na prática, ainda há muitos equívocos nesse sentido, em especial no Brasil. Por aqui não são raros os casos em que a atividade adota uma postura oposta à conservacionista. E o governo ainda não conseguiu emplacar o turismo como uma maneira de trazer renda para suas unidades de conservação (UCs).

Só de parques nacionais, uma das categorias de UC que permitem visitação, o Brasil possui 63, mas nem metade está aberta aos turistas e mesmo alguns dos que estão carecem de infra-estrutura adequada. Em razão disso, por ano, em média somente 3,5 milhões de pessoas visitam os parques, sendo que a maior parte se divide em dois, o da Tijuca e o do Iguaçu.

Historicamente, o País não associou turismo com conservação. “A verdade é que os órgãos administrativos sempre foram resistentes a visitantes dos parques, com medo de que eles pudessem ameaçar a preservação. Nós não abrimos os parques eficientemente”, admite o coordenador-geral de visitação e do uso público do Instituto Chico Mendes, Julio Gonchorosky.

Agora, o governo quer tentar melhorar essa situação e, em setembro, lançou um programa de incentivo ao turismo. “Queremos ter um bom usuário nos parques para poder colibir o mau, que é o madeireiro, o caçador, o palmeiteiro”, diz.

Inicialmente, serão investidos R\$ 28 milhões em seis parques nacionais considerados prioritários: de Aparados da Serra (SC/RS), da Chapada dos Veadeiros (GO), dos Lençóis Maranhenses (MA), da Serra

dos Órgãos (RJ), do Jaú (AM) e da Serra da Capivara (PI). Os parques de Fernando de Noronha, de Abrolhos e o próprio Iguaçu também receberão atenção, especialmente para o fechamento de contratos de concessão de serviços.

De acordo com Gonchorosky, esse investimento está previsto para continuar nos próximos cinco anos, quando se espera que pelo menos dois terços dos parques nacionais tenham infra-estrutura interna e de acesso para o turismo. Os demais, porém, devem continuar isolados por mais um tempo.

MAU EXEMPLO

Mas os desafios da área não param aí. Fora dos parques, o problema passa a ser cuidar do que é feito nas áreas particulares. Segundo especialistas do setor, os principais problemas estão aí. “O turismo é a indústria que cresce mais rápido no mundo e o ecoturismo é o segmento que cresce mais rápido dentro do turismo. Mas a verdade é que há um placar muito desigual sobre as contribuições desse turismo para a conservação”, comenta o ambientalista Michael Jenkins, presidente da ONG Forest Trends.

Um exemplo de preocupação zero com preservação vem ocorrendo no Pantanal. Nos últimos anos, a região passou a atrair milhares de turistas interessados em ver os animais típicos. Obviamente essa é uma experiência que depende de sorte, mas alguns proprietários de pousadas têm dado um jeitinho de inflar essa sorte.

“Temos visto o pessoal tentar atrair onça com comida para mostrar ao turista. Mas isso é muito perigoso, porque muda o comportamento do bicho.



PALCO DE PÁSSAROS - Tucano flagrado em área do Cristalino, MT

KATIA KUWABARA/DIVULGAÇÃO



ACIMA DA COPA - Hotel mantém torre para observação de aves

Quando dão alimento e acostumam as onças a pegar comida sempre em um determinado lugar, elas perdem o medo de gente e passam a associar o homem ao alimento”, afirma o biólogo Peter Crawshaw, maior especialista brasileiro no felino.

De acordo com Jenkins, o ecoturismo verdadeiro tem de responder a dois princípios fundamentais. “O primeiro é: (os

empresários) estão apoiando a ecologia e a conservação da área da qual estão se beneficiando? O outro é sobre o negócio em si. As pessoas empregadas pertencem às comunidades locais? Elas estão se beneficiando dessas atividades? Há salários adequados? Porque muitas vezes há comunidades locais vivendo em torno das áreas de operação de ecoturismo e elas



NOVIDADE - Marsdenia sp nov é uma das espécies descobertas

deverem participar e se beneficiar do ecoturismo”, defende.

BOM EXEMPLO

Foi com mais ou menos esse espírito que, há 16 anos, a empresária paulista Vitória da Riva Carvalho iniciou a construção de um pequeno hotel na região do Rio Cristalino, no município de Alta Floresta (MT), no meio da Floresta Amazônica e na beira do arco do desmatamento.

No início dos anos 90, ela tinha comprado ali uma área de 700 hectares, que posteriormente seria transformada em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Filha de um dos fundadores de Alta Floresta, Vitória tinha o sonho de poder manter a mata em pé com seu próprio negócio.

A idéia, que começou com o ecoturismo, acabaria se transformando em uma das principais iniciativas para a conservação da região. “As primeiras pessoas que recebemos foram cientistas, em especial ornitólogos,

que perceberam que a área era a melhor da Amazônia para a observação de aves”, conta a empresária. Logo se notou que o Cristalino tinha o potencial de ser uma das regiões mais biodiversas da Amazônia.

“Isso tudo nos mostrou que era preciso preservar tudo aquilo. Na frente do hotel havia mais três áreas particulares que eu sabia que, se eu não comprasse, seriam desmatadas”, lembra a empresária. Duas dessas propriedades já viraram RPPNs. Pouco tempo depois, na rabeira desse trabalho conservacionista, seria criado o Parque Nacional do Cristalino, que recebe hoje, por influência de Vitória, pesquisadores de todo o mundo.

Neste ano, foram descobertos, em uma das RPPNs e no parque, três novas espécies de plantas. Mais de 570 espécies de aves já foram observadas no local. Os turistas colaboram. Deles, Vitória cobra uma taxa de US\$ 50, que é revertida para o ambiente. ● GIOVANA GIRARDI

Artigo

Florestas: a diferença entre ter valor e dar lucro

Mary Allegretti*

Diffícil dizer qual tarefa tem sido mais árdua: provar que a floresta tem valor ou fazer esse valor se transformar em retorno financeiro para quem a explora. Nos últimos 20 anos, desde que Chico Mendes morreu, conseguimos dar conta, em parte, da primeira; mas isso assegurou muito pouco da segunda.

A Amazônia tem hoje mais de 21 milhões de hectares protegidos para uso sustentável de comunidades tradicionais: 64 Reservas Extrativistas e 16 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, em 4,4% da região. A criação dessas unidades de conservação valoriza um estoque de recursos naturais estratégicos porque elimina conflitos pelo acesso aos

recursos - pré-requisito para seu uso. Mas essa é apenas a primeira etapa de uma enorme e complexa agenda que visa a transformar esse capital de recursos naturais em renda monetária permanente, hoje e no futuro.

Chico não foi o único nem o primeiro a falar que “a floresta vale mais em pé do que derrubada”, mas essa afirmação passou a ser associada a ele depois do seu assassinato. Ele construiu esse argumento com base na dependência direta dos seringueiros em relação à borracha, à castanha e a outros produtos da floresta que lhes assegura renda há gerações. Mas também como um cenário de futuro, como disse em julho de 1988.

“Meu sonho é ver toda essa floresta preservada, conservada, porque ela é a garantia do futuro dos povos da floresta. E não é só isso... nós estamos conscientes de que a Amazônia não pode ser um santuário intocável... basta que o governo leve a sério a proposta dos seringueiros e dos índios, que eu acredito que em

poucos anos a Amazônia poderá se transformar numa região economicamente viável não só para nós, mas para o País e para toda a humanidade, para todo o planeta... Que eu considero a Amazônia uma região rica, ela tem uma enorme variedade de produtos extrativistas. Ela pode ser preservada e economicamente importante para todos nós.”

Argumentos como esses começaram a ser defendidos por cientistas logo depois. Em 1989, Peters, Gentry e Mendelsohn publicaram resultados de pesquisa em uma área ribeirinha próxima de Iquitos, no Peru, demonstrando que a renda líquida total gerada pela exploração sustentável de produtos florestais não-madeireiros era duas a três vezes maior do que a gerada pela conversão da floresta. O estudo apontou que o problema não estava no valor real dos recursos das florestas tropicais, mas na falta de reconhecimento desse fato pelas políticas públicas.

“Enquanto as madeiras tropicais são vendidas nos mercados

internacionais, geram recursos em moeda estrangeira, são bens de exportação controlados pelo governo e apoiados por investimentos federais, os recursos não-madeireiros são coletados e vendidos em mercados locais por um número incalculável de coletores florestais, intermediários e pequenos comerciantes. Essas redes comerciais descentralizadas são extremamente difíceis de controlar e podem ser facilmente ignoradas nas contas nacionais”, afirmaram os autores.

Quando o artigo foi publicado, Chico já havia sido assassinado. Mas as falas dele e os dados destes e de outros cientistas nos anos seguintes deram início a uma nova etapa na história, onde a questão deixou de ser provar o valor da floresta, mas pressionar por investimentos para torná-la lucrativa.

Hoje a floresta dá lucro para extrativistas, agricultores familiares, pequenos e grandes empresários sempre que os seguintes fatores estão presentes: investimentos públicos ou priva-

dos em infra-estrutura social e produtiva, tecnologia, parceria para a gestão de empreendimentos e mercados especializados.

Alguns exemplos: processamento de óleos para indústria de cosméticos na RDS do Rio Iratapuru no Amapá, na Reserva Extrativista do Médio Juruá no Amazonas e no Projeto Reca em Rondônia; produção de preservativos e outros artefatos de borracha nativa no Acre; comercialização de pescado no Amazonas e no Pará e de camarão no Pará e no Amapá; exportação de polpa de frutas tropicais, especialmente açaí no Pará e no Amapá.

Mas o retorno financeiro dessas atividades não tem escala nem para se contrapor ao agronegócio nem para neutralizar a exploração clandestina de madeira. O que se alcançou até hoje resulta mais do esforço de cada comunidade e parceiros do que de uma política de desenvolvimento. Não há infra-estrutura de produção adequada aos produtos da floresta: crédito, assistência técnica, escoamento, armazenagem,

pesquisa e capacitação.

A questão é que não podemos esperar mais 20 anos para que o valor de hoje se transforme na economia de amanhã. Além disso, a razão para valorizar a floresta deixou de ser exclusiva dos que moram lá, porque hoje todos dependem dos serviços ambientais providos por ela. Essa realidade requer uma equação radicalmente nova que, no meu entender, deve combinar o pagamento pelos serviços ambientais associado ao preço dos produtos florestais, à tecnologia e inovação e a um modelo de industrialização apropriado, cujos impactos serão regionais e criarão novos ordenamentos do espaço florestal, rural e urbano.

Se conseguimos o impensável - reservar imensos territórios de alto valor -, por que não seríamos capazes de inventar uma forma adequada de explorá-los? ●

* É antropóloga e doutora em desenvolvimento sustentável. Trabalha desde 1978 com o assunto na Amazônia